

com o objeto licitação e não comprovou trabalhar com locação de toalhas e disponibilização de armários para o cliente. Apenas se ateve ao fato de coleta e entrega das rouparias que lhes foram entregues, sendo mais um motivo diante de que a habilitação não poderá prosperar, considerando que neste caso, como bem descrito no Termo de Referência da presente licitação, o serviço exige um desdobramento e uma logística não vivenciada pelo proponente vencedor através dos atestados de capacidade técnica apresentados.

### **CARTÃO DO CNPJ NÃO CONDIZ COM AS CLÁUSULAS 5.5 E 5.6 DO EDITAL**

O cartão do CNPJ apresentado pelo proponente vencedor traz somente a sua atividade principal de lavadeira, não trazendo a de toalheiros que lhe permite a locação de toalhas nos termos exigidos pelo edital de licitação. É um enquadramento fiscal da Receita Federal que, se não atendido, poderá fazer com que o futuro contratado estabeleça uma relação contratual para a qual não está autorizado pela Receita Federal. Impõe-se que o CNPJ traga também as atividades secundárias necessárias para suprir com a exigência do objeto licitado que, conforme já afirmamos acima, é mais abrangente não se atendo a tão somente aos serviços de lavanderia. Essa questão também faz com que o proponente declarado vencedor não reúna mais essa condição necessária para sua habilitação, estando demonstrada a necessidade de que a questão seja revista por descuido na análise da documentação apresentada. Em prosseguindo na forma apresentada, poderá a CESAMA ser responsabilizada solidariamente perante a Receita Federal no caso do proponente vencedor não cumpra com as normas fiscais daquele órgão.

### **CERTIFICADO AMBIENTAL MUNICIPAL NÃO FOI APRESENTADO**

A cláusula 6.1.5, alínea "b" do Edital de Licitação exige do licitante a apresentação de licenciamento ambiental. No entanto, o proponente vencedor apresentou um documento informando que o mesmo não é passível de ter esse tipo de licença e, em diligência, foi juntado ao processo uma Declaração de Dispensa de Licenciamento ambiental dizendo que o proponente não está obrigado a possuir a licença emitida pelo COPAM. Entretanto, isso não quer dizer que ele não tenha que atender a normas municipais ou até mesmo possuir licença ambiental para utilização de recursos hídricos. Se fosse um licitante sediado em Juiz de Fora, certamente a licença existiria, pois aqui é obrigatório obter a licença para poder trabalhar neste ramo.

Levantamos também a questão de que foi juntado ao processo um documento não autorizado, haja vista que se o documento apresentado pelo proponente vencedor no primeiro momento em que teve a oportunidade carecia de esclarecimentos, o mesmo deveria ter sido juntado aos autos com a certidão apresentada, não cabendo em diligência a juntada de documento que deveria ter constado inicialmente da documentação do licitante. É o que prevê o §3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

"Art. 43.